

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

**O PÚBLICO E O PRIVADO A PARTIR DA DÉCADA DE 1990: A
INFLUÊNCIA DO CAPITALISMO NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO
SUPERIOR**

Taila Angélica Aparecida da Silva – UEL
tailaangelicasilva@gmail.com;
Andréia da Cunha Malheiros Santana – UEL
andreiacunhamaleirossantana@gmail.com

Eixo 3: Educação Superior

Resumo

O debate entre público e privado e a expansão do ensino superior privado no Brasil é o tema deste trabalho. Este trabalho é fruto das discussões da disciplina intitulada “Estado, Política e Gestão Educacional”, e do projeto de dissertação intitulado “Conhecimento e certificação na formação docente: um diálogo (im)pertinente” do programa de Mestrado em Educação PPEdu (Programa de PósGraduação em Educação UEL) da Universidade Estadual. Este trabalho é um estudo inicial no qual propõe um debate entre o público e privado e tem por objetivo discutir a crescente expansão do ensino superior privado no qual propõe uma discussão ainda que inicial sobre os programas criados pelo governo que garantem o acesso ao ensino superior privado. A discussão proposta neste trabalho é fundamental na atualidade considerando a crescente expansão das universidades privadas nos últimos anos.

Palavras-chave: Educação superior. Público e privado. Políticas públicas.

Introdução

Esse trabalho é fruto das discussões da disciplina e Estado, Política e Gestão Educacional do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina e do projeto de Mestrado intitulado Teoria Crítica e Educação: contribuições para formação de professores. No decorrer do texto será abordado questões entre o público e privado dentro do ambiente escolar, de forma a explicitar o papel do Estado dentro da educação básica e ensino superior dentro do país e o crescimento do ensino superior privado, fazendo um pequeno resgate histórico das principais mudanças na educação brasileira que ocorreram a partir da década de 1990 e como essas mudanças se fazem presentes no sistema educacional do país e os reflexos da mesma dentro do sistema capitalista.

As políticas e as leis que orientam o Brasil passaram por constantes mudanças ao longo da história e foram se encaixando aos princípios de cada novo

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

governo e aquilo que o mesmo julgava ser essencial para o país, em cada época da história. Não foi diferente com a educação, que ao longo da história foi se transformando e se reinventado a cada novo governo de forma que atendesse a todos os indivíduos.

Grandes foram às reformas tanto no Estado quanto dentro da educação no país ao longo da história, entretanto o texto será construído a partir da chamada Reforma do Estado que ocorreu na década de 1990. A discussão central sobre a reforma do Estado brasileiro na década 1990 ocorre em torno do papel do Estado em garantir políticas públicas e ampliação dos direitos sociais (SILVA, 2014). Vale ressaltar que na década de 1990 uns dos fenômenos que chegou grande força, influenciando mudanças nas relações sociais e provocando grande impacto nas políticas e no papel do Estado de garantir e ampliar os direitos sociais foi à globalização.

Dentre as mudanças que ocorreram na década de 1990 e que provocaram várias mudanças no país, e também no mundo, mudanças na economia, política e educação. Algumas das mudanças que foram traçadas na década de 1990 no âmbito educacional, com metas e objetivos a serem alcançados a médio e longo prazo ainda sofrem impactos nos dias de hoje, o que se fez necessários reestruturar as metas e os objetivos e entender o prazo para se cumprir os mesmos. Para se falar das principais eventos que ocorreram dentro âmbito educacional nesse período, começamos pela Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien na Tailândia, no qual participaram das discussões 157 países, e teve como co-patrocinadores UNESCO, UNICEF, Banco Mundial e também contou com a participação de várias outras organizações intergovernamentais, regionais e organizações não-governamentais (ONGs).

Na Conferência Mundial de Educação para Todos, foi elaborado um documento, com objetivos e metas para serem alcançados até o ano de 2015, no qual o documento fornece definições e abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, tendo em vista estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos e necessários para uma vida digna, visando uma sociedade mais humana e mais justa.

[...] a Declaração ressalta que, para responder às exigências globais, é necessário produzir uma transformação profunda na gestão educativa tradicional, permitindo articular efetivamente a educação com as demandas

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

econômicas, sociais, políticas e culturais, rompendo com o isolamento das ações educativas, transformando sua contribuição em uma efetiva força para o desenvolvimento econômico, e na justa distribuição de riqueza com a participação cidadã. Defende, ainda, a necessidade de criar e desenvolver mecanismos e estratégias de alianças entre diferentes setores da administração pública, entre os organismos governamentais, empresas privadas, os veículos de comunicação, as igrejas, as entidades comunitárias e as próprias famílias. (ARAÚJO e CASTRO, 2011, p. 98)

O documento elaborado na conferência traz como objetivo central, satisfazer as necessidades básicas de todas as crianças, jovens e adultos, o acesso à educação básica para todos, assegurando a equidade na distribuição dos recursos e um padrão mínimo de qualidade, no qual segundo Castro (2008) o novo modelo gerencial busca estabelecer uma nova cultura organizacional firmada nos princípios de gestão estratégica e do controle de qualidade, orientada para a racionalização, a eficiência e a eficácia.

Em consequência a Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien, houve em 1994 em Salamanca na Espanha a Conferência Mundial sobre Educação Especial, no qual tinha como objetivo fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. O documento elaborado impõe que países signatários atribuíssem a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais para incluírem todas as crianças, independente de suas diferenças ou dificuldades individuais.

Em 1996, em consequência da conferência Mundial de Educação para Todos, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº 9394/1996, no qual essa reatifica o direito público e subjetivo à educação, possibilitando que qualquer indivíduo possa acionar o Poder Público para garantir esse direito amparado ao cidadão na legislação brasileira.

Em janeiro de 2001, o então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, sancionou a Lei nº10172, no qual essa é responsável pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), que é consequência da Conferência Mundial de Educação para Todos. O PNE, no qual passa a vigorar entre os anos 2000 a 2010, traça as metas e as diretrizes da educação no país para que sejam cumpridas até o fim desse prazo. Visando melhorias na educação, o PNE foi reestruturado em 2010, porém só entrou em vigor em 2014, e esse também com duração de 10 anos no qual possui 20 metas para serem alcançadas durante esse

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

período. Dentre os objetivos das metas presentes no PNE destaco a elevação da qualidade da educação no ensino superior, a efetivação de uma gestão democrática, ampliar o investimento público em educação pública, dentre outras metas que deveram ser cumpridas até o ano de 2024.

A reforma estatal que se construía na década de 1990 é inspirada no modelo de gestão gerencial, no qual esse se inspirava em grandes organizações empresariais e passa a ideia de ser um serviço mais eficiente e de maior qualidade, passando a ideia desde então que o serviço privado é melhor que o serviço público.

[...] a reforma gerencial objetiva aumentar a eficiência e a efetividade dos órgãos e agências do Estado, melhorar a qualidade das decisões estratégicas do governo e sua burocracia e assegurar o caráter democrático da administração pública. Há uma difusão da ideia de que o setor privado é mais eficiente do que o público, portanto, as suas diretrizes de organização devem ser aplicadas ao setor público numa forma de racionalizar os serviços e reduzir o gasto público. (BITTENCOURT, 2013, p.183)

Esse modelo gerencial vem sendo aplicado dentro do sistema escolar como garantia de sucesso e eficácia. Segundo Araújo e Castro (2011) o novo modelo de gestão apresenta vários conceitos importantes como a autonomia, a descentralização e a participação dos indivíduos no sentido político.

A condução das políticas públicas vem passando por importantes mudanças quanto à sua implementação, gestão, monitoramento e avaliação. A busca por mais efetividade, na realização dessas políticas é, cada vez mais, reclamada por diferentes setores sociais. Nesse sentido, a perspectiva do planejamento e do controle social sobre essas políticas tem assumido contornos diversos, seja com a criação e institucionalização de órgãos e instituições que assumem essa tarefa, seja com o desenvolvimento de novos modelos e ferramentas de gestão. (SILVA e CARVALHO, 2014, p.212)

A relação entre público e privado e o papel do Estado em garantir os direitos sociais por meio de políticas públicas e o capital de minimizar a economia, começam a surgir inúmeros órgãos e instituições privadas, mas que fornecem o serviço público, esses órgãos e instituições não governamentais e sem fins lucrativos são chamados de Terceira Via. Entretanto isso não garante a total exclusão da participação do Estado dentro dessas instituições.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

[...]nesse sentido, o neoliberalismo, a globalização, a reestruturação produtiva e a Terceira Via são estratégias do capital para tentar minimizar a queda na taxa de lucros. São essas estratégias que redefinem o papel do Estado e as fronteiras entre o público e o privado, tanto na alteração da propriedade como em relação ao que permanece na propriedade estatal, mas passa a ter a lógica do mercado, reorganizando os processos educacionais. (PERONI, 2013, p.10)

Sendo o Terceiro Setor umas das alternativas propostas pela Terceira Via para que o Estado não seja o único responsável pela execução das políticas sociais, transferindo a responsabilidade que deveria ser do Estado para o individuo através da ajuda mutua, onde esse individuo passa a adquirir serviços que deveriam ser responsabilidade do Estado através de terceiros, e esses serviços vem como mercadoria.

O neoliberalismo defende claramente o Estado mínimo, a privação de direitos, penalizando a democracia por considerá-la prejudicial aos interesses do mercado. Já a Terceira Via se coloca entre o neoliberalismo e a antiga social democracia, que também tinha como parâmetro os direitos sociais, ainda que no âmbito do capitalismo. A Terceira Via não rompe o diagnóstico de que o Estado é culpado pela crise, não levando em consideração as mudanças e questões estruturais próprias do capital e do capitalismo. (PERONI, 2010, p. 218)

As principais estratégias para a reforma do Estado são a privatização, ou seja, tudo passa pelo mercado. A publicização que é a transferência da gestão serviços não exclusivos do Estado para o setor público não- estatal, assegurando assim o caráter publico a entidade de direito privado, assim como o direito a autonomia administrativa e financeira. E também, a terceirização no qual transfere para o setor privado os serviços que deveriam ser de responsabilidade do poder público.

Como, para a teoria neoliberal não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado, a estratégia defendida é sua reforma, para diminuir sua atuação e, assim, superar a crise. O mercado é que deverá superar as falhas do Estado, portanto, a lógica do mercado deve prevalecer, inclusive no Estado, para que ele possa ser mais eficiente e produtivo. (PERONI, 2010, p. 220)

Esse modelo de gestão gerencial busca estabelecer uma cultura organizacional firmada nos princípios da gestão estratégica e do controle de

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

qualidade, no qual o setor público deve se espelhar no setor privada para garantir maior qualidade, dando a ideia de que a qualidade dos serviços privados são melhores que a qualidade do serviço público.

Sendo assim, é possível perceber que a escola pública vem sendo moldada a partir de uma cultura empresarial, no qual visa à privatização, flexibilização da produção e a qualidade está ligada a satisfação do cliente.

A privatização segundo Silva e Carvalho (2014) envolve um declínio da “provisão estatal”, transferência de serviços para o setor privado, ou seja, a transferência de responsabilidade do Estado para o setor privado.

As políticas sociais da educação na atual conjuntura da sociedade passam a ser entendidas como estratégia de competitividade no qual possibilita a inserção a um mundo globalizado, no qual o sistema educacional necessitou passar por mudanças para se adequar as necessidades do capital.

Essa diversificação da produção capitalista foi uma estratégia encontrada, no final do século XX, para adaptação do sistema a um novo contexto de acumulação de capital com o objetivo de garantir maior lucratividade. (ARAÚJO, 2011, p.87)

A satisfação individual dos indivíduos é criada socialmente em uma sociedade de classes com interesses variados. Na sociedade capitalista, são criadas necessidades individuais nos indivíduos, necessidades essas que criam desejos, sensações e a ideia de satisfação momentânea, podendo determinar a forma de pensar e agir dentro da própria sociedade, no qual essas ideias são implantadas socialmente e culturalmente nos indivíduos transmitem a ideia de pertencimento a um determinado grupo social.

A educação passa por mudanças, para se enquadrar a lógica do mercado e a competitividade cria. A globalização, o desenvolvimento e as inovações das tecnologias, e o ideal neoliberalista de uma educação privatizada, vendida como mercadoria, fazendo do aluno um mero consumidor, e o governo que cria cada vez mais mecanismos de privatização, como é o caso das universidades privadas, em que essa tem se transformado em um mercado no qual visa apenas gerar lucro para a sociedade capitalista, tem crescido cada vez mais.

Não há universidades públicas suficientes que contemplem a demanda de alunos que buscam um curso de formação no ensino superior. Sendo assim, o governo, para “ajudar” os alunos que não conseguem uma vaga em uma

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

universidade pública, cria mecanismos para que esse aluno seja inserido de alguma forma dentro da sociedade, transferindo o mesmo para o setor privado, criando programas que garantem o acesso desse aluno a uma instituição de ensino superior na qual deveria ser objetivo dessa fornecer um ensino de qualidade para o mesmo.

Devido a um sistema de vagas insuficiente para atender toda a demanda da população (BIAZON, 2017), A LDB nº 9.394 de 1996 permite a criação de instituições de ensino superior privada, regulada pelo Ministério da Educação, ou seja, o governo passa a terceirizar esse serviço que deveria ser garantido pelo Estado. E a educação passa a ser vendida como mercadoria, assegurando a acumulação de capital.

Para garantir o acesso ao ensino superior o governo cria projetos e programas que garantem o acesso nas instituições privadas, como a criação do PROUNI (Programa Universidade para Todos) no qual tem como objetivo a concessão de bolsas de estudos parciais e integrais em instituições de ensino superior e privada. E outra modalidade que também garante o acesso ao ensino superior é o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), no qual esse garante o financiamento de cursos superiores em instituições privadas, financiado o estudante durante a realização de todo o curso, sendo que esse estudante irá começar a devolver o valor financiado pelo governo aos cofres públicos 18 meses após a sua conclusão do curso.

Sendo assim, o que deveria ser de responsabilidade do Estado, a garantia do acesso a instituições de ensino superior pública e gratuita, passa a ser transferida a responsabilidade para a Terceira Via, na qual o governo cria mecanismos legais que respaldem a transferência de responsabilidade para o setor privado, criando mecanismos que possibilitem a e entrada do aluno ao setor privado, criando a ideia de que esse indivíduo é um sujeito pertencente à sociedade, e que o Estado passa a ser um facilitador no qual promove meios para que esse indivíduo possa alcançar o acesso a uma formação de ensino superior.

Após a criação dos programas que possibilitam o ingresso de estudantes com baixa renda a instituições privadas de ensino superior no Brasil, o número dessas instituições tem crescido cada vez mais, e grandes empresas internacionais tem investido muito para que esse número e essas instituições cresça cada ainda mais dentro do país, abrangendo cada vez mais um número maior de

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

alunos. Como é o caso da Kroton Educacional que é atualmente a maior empresa de educação do mundo.

A Kroton Educacional é uma empresa de educação, ou seja, vende educação, o que soa estranho uma vez que a educação não deveria ser vendida e tratada como uma mercadoria. Falar da rede Kroton e sua expansão dentro do país nos últimos anos é falar e em números, em quantidades, tendo em vista que hoje a Kroton lidera o mercado educacional no país e também boa parte das editoras, pois segundo um levantamento no qual está disponível no site da Unisinos realizado em abril de 2018, a Kroton Educacional tem o controle hoje da Somos Educação, sistemas de ensino Ângulo, editoras como Ática e Scipione, Universidade Unopar, Positivo entre outras.

A rede Kroton Educacional ser o maior grupo educacional do mundo, ela controla também praticamente todo o sistema privado de educação do Brasil, e também a maior parte das editoras. Se falar em números a Kroton segundo a Unisinos (2018) possui 126 instituições de educação de ensino superior, e que nessas possuem 877 mil matrículas e que a nova aquisição da Somos Educação com a integração do ensino básico a rede Kroton, ela deve aumentar esse número de 3% para 28%, além de ser dona de praticamente todo o mercado editorial (apostila, livros didáticos, entre outros) do país, ou seja, a rede Kroton controla a maior parte do sistema de ensino do país, além de controlar as instituições privadas, controla também as editoras, controlando as informações que entram e saem dentro das mesmas.

Os dados ressaltam o que já foi dito anteriormente, a educação sendo tratada como uma mercadoria, um produto do sistema capitalista. O professor vendendo sua mão- de- obra por valores mínimos, pois a final esse professor tem que trabalhar para pertencer à sociedade capitalista. Sendo que, esse professor na maioria das vezes não está preparado para ensinar, e assim na maioria das vezes acaba caindo no comodismo, seguindo o que lhe é imposto, sem questionar e sem buscar o novo, e isso não é culpa apenas do professor que tem desinteresse em buscar o novo e sim de um formação deficitária, e de um sistema no qual não permite e não exige que esse professor possa ir além, pois os conteúdos aos quais ele deve ministrar são impostos, como se o professor fosse o protagonista de um

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

filme, e esse devesse apenas seguir o roteiro, e quando esse desvia do roteiro é questionado porque está indo além do que lhe imposto.

E os alunos nos quais estão sendo formados, são sujeitos cada vez menos pensantes, aceitando tudo o que lhes é imposto, até porque os seus professores não exigem que esses alunos pensem, e o próprio sistema não quer que isso aconteça. Sendo assim o que tem se visto é cada vez mais indivíduos buscando o ensino superior, não pela qualidade do ensino e pelo profissional que ele vai ser através de um ensino de qualidade com profissionais capacitados, mas sim indivíduos que tem buscado cada vez mais o ensino superior pelo diploma, pois é o que a sociedade capitalista exige, e o que as instituições privadas têm buscado em formar, indivíduos para o trabalho, para atender as necessidades da sociedade capitalista.

As discussões entre o público e privado e o crescente número de instituições de ensino superior no país e a demanda que cada vez maior de indivíduos que procuram essas instituições e a educação sendo tratada como uma mercadoria do sistema capitalista, atingem cada vez mais indivíduos que buscam apenas o certificado, no qual esse diz que ele é um profissional de tal área, como um professor pedagogo, um advogado ou psicólogo. Essa certificação apenas pelo título, é uma certificação vazia sem conteúdo e que prepara o individuo para o mercado de trabalho e para atender as exigências do sistema capitalista. E essas instituições de ensino superior crescem cada vez mais, visando apenas números e não qualidade, movimentando o capitalismo e fazendo com que os indivíduos se sintam pertencentes ao sistema.

Referências

ARAÚJO, Suêlde. CASTRO, Alda Maria D. Araújo. Gestão educativa gerencial: superação do modelo burocrático. **Ensaio:** aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 81-106, jan.-mar. 2011.

BLAZON, Victor Vinicius. **A comunicação de mercado no contexto da indústria do ensino superior privado no Brasil e a mercantilização de um sonho:** Estudo do Grupo Kroton Educacional. São Bernardo do Campo, SP, 2017.

BITTENCOURT, J. M. V., OLIVEIRA, M. de F. A influência das consultorias internacionais nas decisões das políticas educacionais no Brasil. In: **Redefinições**

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013. p. 175-197.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Administração gerencial: a nova configuração da gestão da educação na América Latina. 2008.

GAWRYSZEWSKI, B. MOTTA, Vânia C. da. PUTZKE, C. K. Gestão privada de escolas públicas da Educação Básica: um novo mercado sob a tutela do Estado. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, set./dez. 2017.

GROPPO, L. A; MARTINS, M. F. Terceira Via e políticas educacionais: um novo mantra para a educação. **RBP AE**, v.24, n.2, p. 215-233, mai./ago. 2008.

PERONI, V. M. V. A democratização da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Educação Pública**, Cuiabá. v. 9. n. 40. p. 215-227. mai. ago., 2010.

SILVA, Ilse G. A reforma do estado brasileiro nos anos 90: processos e contradições. **Revista Lutas Sociais**, n. 7, 2001.

SILVA, M. S. P. da, CARVALHO, L. S. C. Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 50, n. 36, p. 211-239, set./dez. 2014.

UNISINOS. Abril, 2018. Acesso em: 27/05/2018: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/578444-kroton-educacional-em-termos-de-educacao-publica-nunca-experimentamos-um-inimigo-com-uma-forca-social-tao-concentrada-como-esse>